

PROJETO SEGURO

Integração entre Arquitetura e Segurança



PROJETO SEGURO

INTEGRAÇÃO ENTRE ARQUITETURA E SEGURANÇA

Tácito Augusto Silva Leite, DSE, ASE
Bacharel e Licenciado em História
Especialista em Segurança Privada
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6763601233758573>
tacitoleite@yahoo.com

Resumo: A preocupação com a normatização, regulamentação e parâmetros da segurança privada no Brasil ainda é muito restrita. Pode-se constatar a ausência de pesquisas científicas, pouca bibliografia e normas técnicas para a área, assim como a falta de terminologia: ainda não há definição precisa quanto aos termos usados na segurança privada, gerando conflitos no mercado. A legislação brasileira não contempla suficientemente o controle dos dispositivos de segurança em edificações. Assim, aproveitando tal contexto e a oportunidade aberta pelo NUTAU, esse texto foi escrito visando jogar luz nesse assunto, trazendo, do ponto-de-vista do gestor de segurança, alguns subsídios para o desenvolvimento dos debates acerca da arquitetura e de sua relação com a segurança privada.

Palavras-chave: arquitetura; segurança; segurança privada; segurança patrimonial; proteção; violência; riscos; perdas; ameaças; vulnerabilidades.

Abstract: The concern with standardization, regulation and the parameters of security in Brazil is still very restricted. It is easy to observe the deficiency of scientific research, literature and standards for the area, as well as lack of terminology: there is no precise definition about security used terms which generates conflicts in the market. Brazilian law does not control sufficiently the security devices applied in the buildings. Thus, using such a context and opportunity opened by NUTAU, this paper aims to shed some light over this issue by bringing into this discussion the security manager point of view in order to add subsidies for the development of discussions about architecture and its correlation with security.

Keywords: architecture; security; private security; patrimonial security; protection; violence; risks; losses; threats; vulnerabilities.

Introdução

Este trabalho foi produzido para o oitavo *Seminário Internacional Design e Inovação: Mensagens e Produtos para Ambientes Sustentáveis*, realizado no Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (NUTAU, 2010). O Nutau sugeriu oito eixos verticais orientadores: Acessibilidade e Desenho Universal, APO (Avaliação Pós-ocupação), Saúde e Segurança [grifo nosso], Conforto Ambiental, Design e Serviços, Produtos para o Ambiente Construído, Fontes de Energia e Programação Visual. Estes eixos servirão de referência para as linhas horizontais que serão abordadas pelos trabalhos científicos. O presente artigo tem foco na relação entre segurança e arquitetura.

Segundo Katia Moreira (2007), o arquiteto, quando na elaboração do projeto, deve possuir como prioridades básicas a estética e a funcionalidade. Identificamos a segurança como uma dessas funcionalidades, logo, uma habitação, ou escritório, para serem considerados funcionais, também devem ser considerados seguros. Por exemplo: o incêndio no laboratório de répteis do Instituto Butantan, em maio deste ano, causou perda de quase todo acervo científico histórico¹. Este fato reitera a importância da dimensão da segurança em edificações como uma componente da funcionalidade. Moreira nos lembra que na formação acadêmica do arquiteto, tópicos como segurança ainda são abordados superficialmente. Portanto, este artigo visa, dentro de seus limites e – definitivamente – sem pretender esgotar o tema, contribuir para a construção do debate e do conhecimento sobre as dimensões de segurança envolvidas na arquitetura.

Antes de discorrermos sobre o tema propriamente dito (*arquitetura e segurança*), delinearemos um breve cenário da segurança para, posteriormente, analisarmos as possíveis consequências das relações entre arquitetura e segurança. Alguns fatos recentes como a violência no litoral sul de São Paulo (SP) em abril de 2010² e o caso de roubo dentro de uma delegacia em Salto³, no interior de SP, dentre muitos outros casos que poderiam ser selecionados para efeitos de demonstração, sinalizam que os órgãos públicos competentes não possuem o controle pleno da segurança, o que acaba por transferir parcialmente esse ônus para o cidadão. Em paralelo, observamos movimentos sociais fomentando a diminuição da violência e desdobramentos políticos corroborando com esse anseio da população. O fato é que enquanto a violência não atinge níveis aceitáveis, constatamos o crescimento do setor da segurança privada e observamos cada vez mais, em nosso país, a proliferação de condomínios residenciais fechados, que se assemelham à formação das cidades medievais, isto é, às cidades muradas, que visavam conter eventuais invasões. Trata-se do isolamento visando segurança.

Na âmbito das relações internacionais existem correntes de pensamento⁴ que observam, no sistema internacional, um “ressurgimento da Idade Média” (o que nos remete às cidades muradas anteriormente citadas) – um “novo medievalismo”, ou, até mesmo, “neo-medievalismo” – caracterizada basicamente pelo declínio ou enfraquecimento do Estado-nação. Embora ainda seja o principal provedor de segurança aos seus cidadãos, o sistema moderno de Estados westfaliano, surgido com a Paz de Westfália, em 1648⁵, está em recessão, havendo a emergência de centros alternativos de poder e de autoridade. Conforme sociedades e economias se tornaram mais complexas, os Estados não mais detêm o monopólio sobre funções e responsabilidades. Até mesmo Estados mais ricos e fortes terceirizaram funções e cooptaram organizações não-governamentais. Segundo Williams (2008: 10):

¹ José de Souza MARTINS. Morte da memória científica. *O Estado de S. Paulo*, 23 mai. 2010, Aliás, p. J6.

² Confira Vitor HUGO; Gustavo CHACRA. Choque reforça policiamento no litoral. *O Estado de S. Paulo*, 28 abr. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100428/not_imp543997,0.php>. Acesso 29 abr. 2010. É curioso lembrar que, à época, o governo dos Estados Unidos orientou seus cidadãos a não viajar para o litoral sul paulista.

³ Ver, por exemplo: Solange SPIGLIATTI. Polícia vai investigar roubo dentro de delegacia em Salto, no interior de SP. *Estadao.com.br*, 14 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades, policia-vai-investigar-roubo-dentro-de-delegacia-em-salto-no-interior-de-sp,551791,0.htm>>. Acesso 29 abr. 2010.

⁴ Há diversos autores, entre eles Robert D. Kaplan e Martin van Creveld. Para este trabalho usaremos a seguinte referência: Phil WILLIAMS. From The New Middle Ages To A New Dark Age: The Decline of The State And U.S. Strategy. *Strategic Studies Institute*, U.S. Army War College, 2008.

⁵ Trata-se do resultado de uma série de tratados que colocaram fim à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a qual envolveu diversas nações européias por diferentes motivos. É a Paz de Vestfália que inaugura o moderno Sistema Internacional, quando são acatados consensualmente princípios e noções como a soberania estatal e o Estado-nação. Trata-se da semente da idéia de paz duradoura que é oriunda de um equilíbrio de poder entre os Estados, algo que é aprofundado no Congresso de Viena, em 1815, e no Tratado de Versalhes, em 1919.

Vivemos em uma era paradoxal, onde as condições políticas e a dispersão da autoridade cada vez mais se assemelham à Idade Média, mas as forças da modernidade, tecnologia e globalização acrescentam um novo conjunto de desafios para a viabilidade e integridade do sistema de Estados e fazem do fornecimento de segurança – nacional, público e individual – algo cada vez mais problemático [tradução livre].

Existe um “déficit na segurança”. Quando o Estado não consegue ocupar todos os espaços da sociedade e a população, principalmente a mais carente, sente ausência do Estado protetor e provedor (saúde, educação, segurança entre outros), “exércitos privados” e “governos paralelos”, podem ocupar o vácuo do Estado aquém de suas responsabilidades. A atividade de gangues, organizações criminosas e/ou terroristas preocupa cada dia mais. Dentro deste contexto, pode-se observar os já mencionados condomínios fechados com olhos menos críticos. No entanto, contrapondo-se às “áreas não-governadas”, existem “ilhas de conforto”⁶. Nessa lacuna a relação entre arquitetura e segurança será cada vez mais importante.

1. Resgate: A segurança como necessidade do ser humano

Desde o surgimento dos primeiros hominídeos, no final da era Cenozóica, a mais de 2 milhões de anos, existe a demanda por proteção e segurança visando preservação. E o que significa isto? Embora haja diversas definições, adotar-se-á a abordagem do manual básico de elementos doutrinários da Escola Superior de Guerra (ESG), que afirma que “segurança é o sentimento de garantia necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um de seus integrantes, contra ameaças de qualquer natureza” (p. 57).

Consoante o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), autor do clássico *O Leviatã* (1651)⁷, o Estado surge para garantir a preservação da vida e a segurança de seus cidadãos. Anterior ao surgimento do Estado, há o chamado “Estado de natureza”, isto é, um momento anterior à formação da sociedade civil, quer dizer, situação na qual não há governo que estabeleça a ordem, tratando-se de uma situação de “guerra de todos contra todos”. Ademais, de acordo com o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) – na palestra “A Política como Vocação”, ministrada aos estudantes da Universidade de Munique em 1918 – o Estado é um instrumento de dominação do homem pelo homem. Só o Estado detém e pode fazer uso legítimo da violência, pois se baseia em um conjunto de normas, geralmente organizadas sob a forma de constituição. O Estado, uma entidade única, possui o monopólio da violência em um dado território (que também faz parte do Estado) e este monopólio ocorre através de um processo de legitimação. A visão weberiana de Estado foi predominante na filosofia política e do direito durante o século XX.

⁶ O filme “Terra dos Mortos” (*Land of the Dead*, Canadá/Estados Unidos/França, 2005), de George A. Romero, ilustra bem esta situação: no cenário delineado pela película, os “mortos-vivos” acabaram por controlar todo o planeta. Os poucos humanos que sobreviveram vivem em cidades cercadas por muros, protegidas por mercenários. Os mais ricos estão distantes e isolados em prédios bem protegidos. Para mais informações, ver, por exemplo, Luiz Carlos MERTEN. George Romero volta com seus zumbis politizados. *Estadao.com.br*, 22 jul. 2005. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/arquivo/arteeelazer/2005/not20050_722p2654.htm>. Acesso 29 abr. 2010. Exemplos de muros são vastos na atualidade: lembrar dos casos da fronteira entre México e Estados Unidos (cerca que surge paradoxalmente quase ao mesmo tempo do Tratado de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA, que visava integração), o muro que separa Israel da Cisjordânia e os muros construídos para conter o avanço das favelas na cidade do Rio de Janeiro. Enfim, este e outros temas próximos também são desenvolvidos pelo sociólogo Zygmunt Bauman no livro *Confiança e Medo na Cidade* (Editora Jorge Zahar, 2009).

⁷ Obra completa disponível em inglês no portal do Projeto Gutenberg: <<http://www.gutenberg.org/etext/3207>>. Acesso 29 abr. 2010.

Entretanto, como visto acima, hoje se observa a perda do monopólio legítimo da violência por parte do Estado. Como já mencionado, são diversos os exemplos, entre eles, o narcotráfico no Rio de Janeiro, que controla parte do território (basicamente nas favelas), as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), maior exército irregular (isto é, uma força armada que não pertença a um Estado) do mundo, a al-Qaeda (“A Base”), organização transnacional liderada por Osama bin Laden, o Hezbollah (“Exército do Povo”), que controla partes do sul do Líbano, os cartéis do narcotráfico no México⁸, etc. Lembrando que os órgãos públicos (ou o Estado) estão longe do controle completo e considerando a terceirização de muitos serviços por parte do próprio Estado, percebe-se o crescimento da segurança privada. Para os objetivos deste artigo, focaremos na segurança patrimonial e suas relações com a arquitetura.

No início do texto, delineamos uma definição do termo segurança. Também podemos entender como condição para “prevenir perdas”. Segurança deriva do latim *securus*, quer dizer, “livre do perigo”, ou “seguro”. Segundo o Instituto Americano de Arquitetos (AIA apud MOREIRA, 2007: 44), “segurança é a proteção dos bens contra os efeitos de ameaças e perigos”. Sendo mais específico, entendemos que segurança patrimonial visa proteger ativos (patrimônio) materiais e imateriais, isto é, bens, pessoas, informações e imagem de determinada empresa ou organização. Para tanto, o diagnóstico de segurança é o primeiro passo, e se dá a partir da análise dos riscos envolvidos, vulnerabilidades, ameaças, impactos e probabilidades. Só então pode-se desenvolver um planejamento de segurança eficiente e eficaz para proteger bens e pessoas.

Segundo Mandarini⁹, os primeiros arremedos de “organizações policiais” contratadas para guardar comércios, mercadorias, propriedades surgiram no século XVI, na Inglaterra os vigilantes noturnos passaram a ser pagos pelo Estado em 1737, nos Estados Unidos a *Pinkerton’s National Detective Agency* foi fundada em 1855 enquanto a Brink’s Inc. teve sua fundação em 1859. Essas datas nos ajudam a delimitar o surgimento da indústria da segurança privada no mundo ocidental, em decorrência das dificuldades, limitações da polícia e pelas necessidades de controle das perdas por parte da iniciativa privada.

No Brasil, a segurança privada surgiu mais tarde, no final da década de 60, durante o regime militar (1964-1985), em um contexto de guerra revolucionária por parte daqueles que contestavam o regime, “insurgentes” que acabavam por assaltar bancos para financiar a luta armada. Nesse contexto, com o Decreto Lei 1.034 de 1969, o Estado autorizou a atuação da “segurança não pública” a atuar apenas nas agências bancárias. Em nosso país, antes deste período, não existia oficialmente segurança privada, apenas vigias de ruas. Mais tarde, em 20 de junho de 1983, com a lei 7.102, tivemos oficialmente o surgimento desse setor no país. Essa lei basicamente dispõe sobre empresas de vigilância, transporte de valores, segurança em estabelecimentos financeiros, segurança pessoal, escolta de cargas, formação, reciclagem e profissão do vigilante. Já a segurança eletrônica está presente no Brasil há pelo menos quatro décadas, no entanto, ainda existe pouca regulamentação.

⁸ Sobre este tema há excelente referência em caderno especial (“México em Guerra”) publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 23 mai. 2010, pp. H1-H8, escrito pelo enviado especial Fausto Macedo.

⁹ Marcos MANDARINI. Segurança corporativa estratégica: fundamentos. São Paulo: Manole, 2005.

Está em tramitação no Congresso Nacional o Estatuto da Segurança Privada, apoiada por associações e entidades de classe como: Associação Brasileira de Profissionais de Segurança (ABSEG), Associação Brasileira de Empresas de Segurança Eletrônica (ABESE), Sindicato das Empresas de Vigilância de SP (SESVESP), Federação Nacional das Empresas de Segurança (FENAVIST), entre outras.

2. Bases Teóricas da Segurança e da Proteção

Na seção anterior deste trabalho (*Resgate: A Segurança Como Necessidade do Ser Humano*) fizemos uma breve definição da segurança. Aqui aprofundaremos conceitos como violência, risco, ameaça, vulnerabilidade, medo, probabilidade e impacto, instrumentos essenciais para se pensar arquitetura e segurança.

O conceito de violência é um dos mais difíceis de definir dentro das Ciências Sociais¹⁰. Para os objetivos deste artigo, entendemos violência como expressão de força física ou verbal contra si ou outro, ação constrangedora contra a vontade do outro, sob o risco deste ser ferido. O risco está associado às vulnerabilidades, ameaças e a eminência de um sinistro – evento com consequências danosas (a análise de impacto é um processo que estima o potencial de perdas resultantes dos efeitos de um sinistro). Tratando-se da ameaça, esta pode ser a percepção de insegurança, o agente causador do dano (explícita ou implícita) entre dois atores. Já a vulnerabilidade é a suscetibilidade a danos, ataques físicos ou emocionais. O medo, por sua vez, está ligado à situação que leva o indivíduo ao estado de alerta, temor, apreensão. Já a probabilidade está relacionada às possibilidades de realização de determinado evento, pode ser subjetiva ou objetiva (matemática). Finalmente, impacto é um conceito que mede os efeitos, negativos e/ou positivos, de uma ação ou evento, normalmente podendo ser traduzido em valores monetários.

A idéia de proteção, ou preservação, não é nova, novos são os meios de prover proteção. O general prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831) afirmou, no clássico *Da Guerra*, que a “guerra é como um camaleão”. Pode-se aplicar esta comparação também aos crimes atuais. Dessa forma, a estrutura de segurança e proteção tem que estar viva para acompanhar o *modus operandi* dos criminosos, que por sua vez, acompanham a evolução da tecnologia. Por exemplo: Existiu uma época onde uma simples trameia era suficiente para conter a entrada de pessoas indesejadas. Com o passar do tempo, fechaduras metálicas foram desenvolvidas e o criminoso passou a utilizar chave micha para abrir portas e cadeados. Com a evolução da tecnologia, passamos a nos deparar com fechaduras que solicitam o toque dos nossos dedos solicitando uma senha ou até mesmo nossa impressão digital.

A segurança pode ser direcionada aos bens (ativos) e as pessoas. Os bens se subdividem em tangíveis (ex.: carros e computadores) e intangíveis (ex.: informações e imagens). O crime contra bens e pessoas pode ser pensado sob a forma de um triângulo, cujos vértices são: oportunidade, conhecimento técnico e motivação (atratividade). Para que o crime ocorra, os três vértices do triângulo devem estar disponíveis para o criminoso, sendo a oportunidade o único vértice sobre o qual se pode atuar preventivamente.

¹⁰ Cf. Peter Imbusch. “The Concept of Violence”. In: Wilhelm HEITMEYER; John HAGAN (eds.). *International Handbook of Violence Research*. The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2003, pp. 13-40. Disponível no *Google Books*.



Figura 1 - Triângulo do Crime

Retomando a arquitetura, se for desenvolvida uma estrutura predial que elimine as oportunidades, reduzem-se as probabilidades de ocorrência de crime. Lembramos que o criminoso segue a lógica do empresário: para dar início ao crime, antes existe o estudo entre retorno (lucro) e risco do empreendimento, visando obter rentabilidade com os riscos assumidos na ação criminosa. A chave está no risco, que pode motivar ou frear o ser humano. Entendendo o risco podemos desenvolver sistemas de proteção eficiente.

É também através do estudo do risco, com seus possíveis impactos financeiros, que podemos entender qual será o investimento adequado a ser feito para controlar os riscos mapeados. Deve existir equilíbrio entre investimento e o risco que se deseja controlar, em função dos possíveis impactos que este pode gerar caso se concretize.

3. Arquitetura e Segurança

O estudo da segurança aplicada na arquitetura inicia com a avaliação de riscos, vulnerabilidades e ameaças. Na arquitetura, podem ser aplicados recursos visando proteção que efetivamente não trazem segurança eficaz, além de não harmonizar com a estética da edificação e localidade. Sobre esse enfoque, de que maneira o arquiteto pode contribuir com a cidade quando seus moradores exigem maior segurança nas edificações que utilizam? Entendemos que é através da construção de edificações seguras, adequando conceitos de arquitetura aos de segurança privada.

O estudo das intervenções na implantação do modelo multidisciplinar CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*), em bairros problemáticos, demonstra que é possível modificar índices de violência por meio de medidas arquitetônicas e urbanas conciliadas a política de segurança pública organizada em conjunto com os habitantes (MOREIRA, 2007: 20, 27, 32). A segurança começa no entorno da edificação, ao responder a pergunta: aonde e como se vai construir?

O aparecimento do “Espaço Defensável” (*Defensible Space*) de Oscar Newman em 1972 apontou para a criação de uma nova subdisciplina da criminologia, chamada por muitos de “Prevenção do Crime Através do Desenho Ambiental” (CPTED, na sigla em inglês, como mencionado no parágrafo anterior), uma estratégia provada para melhorar a qualidade de vida urbana. Todos os programas de “espaço defensável”

têm um objetivo comum: reestruturar o traçado físico das comunidades permitindo aos moradores controlarem áreas em volta de suas residências. Baseia-se em “auto-ajuda” em vez de apoio governamental, então não é vulnerável à retirada de apoio por parte do governo (NEWMAN, 1996).

Um projeto de segurança patrimonial (não só de casas, empresas e indústrias, mas também de arenas de eventos, por exemplo, podem agregar valor ao projeto do arquiteto) eficiente deve ser elaborado por profissional capacitado que, além de conhecer os sistemas de segurança, compreende a estética da edificação e sua funcionalidade, tornando a implantação do projeto bem-sucedido.

O projeto de segurança também pode ser elaborado a “quatro mãos”, o desenvolvimento multidisciplinar que une arquiteto e gestor de segurança, tem sido um modelo no qual se tem obtido sucesso. É necessário que o projeto arquitetônico concilie sistemas prediais usuais aos sistemas de segurança patrimonial, dando importância à utilização de ferramentas e métodos adequados, levando em consideração riscos, ameaças e vulnerabilidades aos quais a edificação será submetida. O nível de segurança será determinado pela atratividade dos bens e pessoas que lá estarão.

Tecnicamente dividimos os recursos utilizados na segurança patrimonial em técnico (ativo e passivo), humano e organizacional. Chamamos de recursos técnicos passivos aquelas estruturas e equipamentos empregados em edificações que não têm capacidade de emitir sinais de alerta ou proporcionar reação (por exemplo: muros, portões e grades). Já os ativos possuem capacidade de reação, alerta local e remotamente (por exemplo: sistemas de alarme, câmeras e controles de acesso). O recurso humano refere-se a todas as pessoas empregadas na estrutura de segurança. Já os recursos organizacionais, de extrema importância, são as políticas, normas e procedimentos de segurança que irão disciplinar atividades e processos da organização com objetivo de proteger ativos e pessoas.

Toda estrutura de segurança deve estar baseada nesse tripé: recursos humanos, técnicos e organizacionais. Caso exista muito investimento em tecnologias sem pessoas capacitadas, os objetivos de segurança não serão atingidos. Tão pouco exagerar em equipamentos e pessoas sem existir normas formais capazes de disciplinar as rotinas, inclusive em casos de emergência e contingência.

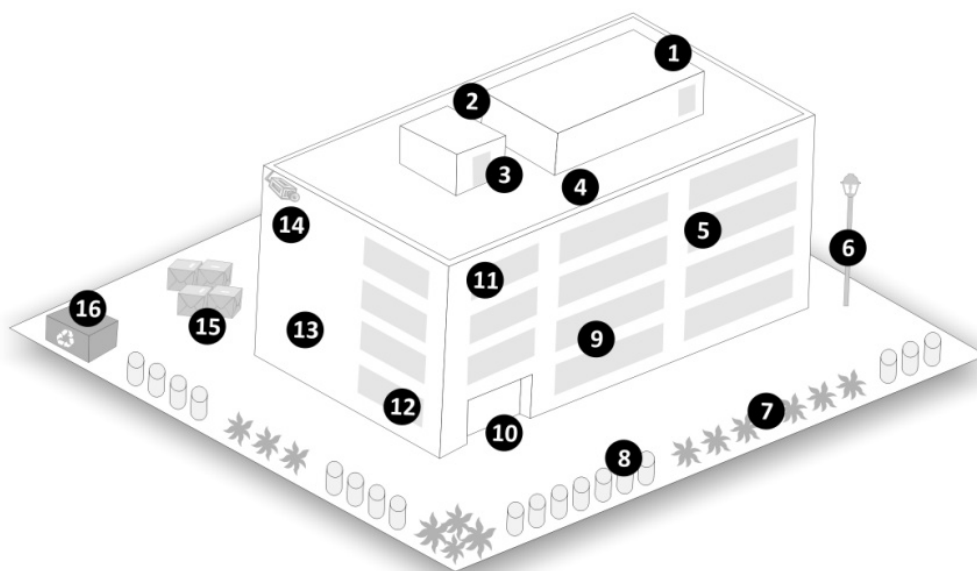
O arquiteto e sua equipe multidisciplinar, em reunião de compatibilização, devem desenvolver o projeto arquitetônico incluindo recursos técnicos de segurança passivos e ativos, levando sempre em consideração os recursos humanos que irão operar os controles da edificação e de que forma serão as rotinas (processos) relacionadas à proteção. Os recursos técnicos deverão estar presentes nos muros, portões, áreas de circulação, lazer, acessos e estacionamento, visando controle, sempre que existir vulnerabilidade capaz de ser explorada por potenciais ameaças. Ainda na fase de projeto, poderão ser desenvolvidos indicadores de desempenho para garantir o nível de serviço de segurança que se espera ter na edificação.

O sistema de controle de acesso possui função de controlar entrada e saída de pessoas, veículos e ativos na edificação. Integrado ao sistema de detecção de intrusão (alarme), este subsistema configura-se como importante elemento da segurança patrimonial. Equipamentos como sensores perimetrais, interligados a iluminação, surtem excelente efeito dissuasivo em áreas externas. Já as câmeras dos circuitos fechados de televisão (CFTV), têm o poder de ampliar em muitas vezes a capacidade humana de observar e armazenar, com riqueza de detalhes, situações de risco. Pode ser utilizada na prevenção de crimes e também na obtenção de provas. Bons sistemas de segurança costumam utilizar vários

subsistemas de forma integrada, sendo assim, mais eficiente, em comparação aos resultados isolados de cada subsistema.

Segundo ONO e MOREIRA, para que conflitos entre segurança contra incêndio, segurança patrimonial e acessibilidade sejam dirimidos, é necessário (ONO; MOREIRA, 2010: 266):

- Coordenação de equipes multidisciplinares;
- Definição dos riscos e avaliação das possíveis barreiras (controles);
- Delimitação da zona de avaliação e intervenção (sistema de referência);
- Definição das medidas de segurança e acessibilidade (recursos de segurança);
- Avaliação equilibrada dos possíveis conflitos e resolução dos mesmos (plano de ação).



LEGENDA

01. Sistema de ventilação protegido.
02. Rotas de fuga para casos de emergência.
03. Acessos da cobertura com controle de acesso.
04. Sistemas automatizados de *facilities* protegidos.
05. Vidro laminado na fachada.
06. Iluminação.
07. Paisagismo contribuindo com a segurança patrimonial.
08. Barreiras de concreto para impedir invasão de automóveis.
09. Pessoal treinado para operar os sistemas e auxiliar em casos de emergência.
10. Único ponto de entrada para facilitar o controle de acesso.

LEGENDA

11. Sala de cofre para *data center* e *backup*.
12. Subsistema de detecção de incêndio.
13. Correio com paredes blindadas e inspeção de correspondência.
14. Câmeras de segurança para detecção de atividades suspeitas.
15. Controle de acesso e monitoramento de cargas e descargas.
16. Controle do lixo.

Obs.: Subsistemas de alarme, CFTV, controle de acesso, elevadores, luz, ar-condicionado e incêndio devem estar integrados na sala de controle.

Figura 2 - Elementos de controle aplicado pela segurança em um prédio comercial¹¹

¹¹ Adaptado da dissertação de mestrado de Katia Beatriz Rovaron Moreira. Diretrizes para Projeto de Segurança Patrimonial em Edificações.

4. Conclusão

É correto afirmar que somente com mudanças nas dimensões social, cultural e política, haverá menos violência e mais sensação de segurança pela sociedade. Caso ocorra, eventualmente teremos diminuição do setor de segurança privada. Entretanto, não é o que se percebe, pelo menos no curto prazo. Assim sendo, o que se busca de forma imediata, por parte da sociedade, é a aprovação de legislação específica que regulamente e controle o uso de equipamentos e dispositivos de segurança, bem como a atividade dos diversos níveis profissionais desse setor.

Falando da integração entre arquitetura e segurança, o projeto eficiente se dá a partir do diagnóstico de riscos, feito de forma adequada, gerando um eficiente planejamento de segurança. Este utilizará equitativamente recursos técnicos, humanos e organizacionais, proporcionando proteção eficiente com redução de investimentos, podendo, inclusive, gerar retorno sobre esse investimento, agregando valor ao negócio da organização.

O projeto arquitetônico seguro envolve o estudo do entorno da edificação, integração de competências e avaliação dos recursos de segurança adequados. Com isso tentamos evitar intervenções posteriores inadequadas e diminuição dos conflitos entre estética e segurança. O projeto e seu resultado devem envolver conforto, estética, funcionalidade e, claro, segurança.

Cidades, bairros e edificações nascem das mãos dos arquitetos; dessa forma, é fundamental que estes profissionais conheçam e atuem de maneira indissociável da segurança, uma das bases da pirâmide de Maslow¹² e uma das funcionalidades da arquitetura. Se pessoas precisam e buscam segurança, podemos agregar valor ao projeto arquitetônico incluindo este item valioso.

5. Bibliografia

- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Manual Básico da Escola Superior de Guerra*. Volume I: Elementos Doutrinários. Rio de Janeiro: A Escola, 2009. Disponível em: <<http://www.esg.br/uploads/2009/04/mb-vol-1.pdf>>. Acesso 29 abr. 2010.
- HOBBS, Thomas. *Leviathan [Or The Matter, Forme, & Power of a Common-Wealth Ecclesiastical and Civill]*. 1651. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/etext/3207>>. Acesso 29 abr. 2010.
- HUGO, Vitor; CHACRA, Gustavo. Choque reforça policiamento no litoral. *O Estado de S. Paulo*, 28 abr. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/2010_0428/not_imp543997,0.php>. Acesso 29 abr. 2010.
- IMBUSCH, Peter. "The Concept of Violence". In: HEITMEYER, Wilhelm; HAGAN, John (Eds.). *International Handbook of Violence Research*. The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2003, pp. 13-40. Disponível no *Google Books*.

¹² Proposta pelo psicólogo norte-americano Abraham Maslow (1908-1970), a "hierarquia das necessidades de Maslow" é uma forma de organização na qual as necessidades de nível mais baixo devem ser satisfeitas antes das de nível mais alto. Da base para o topo, tem-se a fisiologia, segurança, relacionamento, estima e realização pessoal. Inclusive, há interpretações que colocam a segurança equiparada a fisiologia.

- MACEDO, Fausto. México em Guerra. *O Estado de S. Paulo*, 23 mai. 2010, Caderno Especial, pp. H1-H8.
- MANDARINI, Marcos. Segurança corporativa estratégica: fundamentos. São Paulo: Manole, 2005.
- MARTINS, José de Souza. Morte da memória científica. *O Estado de S. Paulo*, 23 mai. 2010, Aliás, p. J6.
- MERTEN, Luiz Carlos. George Romero volta com seus zumbis politizados. *Estadao.com.br*, 22 jul. 2005. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/arquivo/artee_lazer/2005/not20050722p2654.htm>. Acesso 29 abr. 2010.
- MOREIRA, Katia Beatriz Rovaron. *Diretrizes para Projeto de Segurança Patrimonial em Edificações*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.dominio_publico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=126595>. Acesso 29 abr. 2010.
- NEWMAN, Oscar. *Creating Defensible Space*. Institute for Community Design Analysis. April, 1996. Disponível em: <<http://www.huduser.org/publications/pdf/def.pdf>>. Acesso 29 abr. 2010.
- ONO, Rosaria; MOREIRA, Kátia Beatris Rovaron. “Acessibilidade física, segurança contra incêndio e segurança patrimonial: a importância da compatibilidade entre projetos”. In: PRADO, Adriana R. De Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila Walbe (orgs.). *Desenho universal: caminhos da acessibilidade no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010, pp. 255-266.
- SPIGLIATTI, Solange. Polícia vai investigar roubo dentro de delegacia em Salto, no interior de SP. *Estadao.com.br*, 14 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,policia-vai-investigar-roubo-dentro-de-delegacia-em-salto-no-interior-de-sp,551791,0.htm>>. Acesso 29 abr. 2010.
- WEBER, Max. “A Política como Vocação”. Palestra ministrada aos estudantes da Universidade de Munique durante a revolução alemã de 1918-1919. Disponível (inglês) em: <<https://www.d.umn.edu/~bmork/2111/readings/weberpoliticsasavocation.htm>>. Acesso 29 abr. 2010.
- WILLIAMS, Phil. From The New Middle Ages to a New Dark Age: The Decline of The State and U.S. Strategy. *Strategic Studies Institute*, U.S. Army War College, 2008. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/download.cfm?q=867>>. Acesso 29 abr. 2010.